



COMUNICADO CONJUNTO ASCEF/APROFER

Caros Associados,

Terminado o prazo para um compromisso sério por parte da Infraestruturas de Portugal SA na resolução das matérias reivindicativas e tendo em conta as inúmeras reuniões, os prazos de cumprimento de um conjunto de compromissos e da sua execução, o processo conheceu no passado dia 15.Março, novamente, o impasse, apesar do bom entendimento das mesmas, outras vontades se elevam.

Para se perceber do que estamos a falar apresentamos um Quadro sobre as matérias em discussão.

Matérias essas que há um ano atrás motivaram a convocação de uma Greve das duas Associações e depois desconvocada na altura, pois existia um compromisso por parte da empresa em resolver e dar início á discussão e promessa do pagamento das "Variáveis":

| Quadro das Reivindicações da ASCEF e APROFER (Fevereiro 2016 a Março 2017) | |
|--|-------------|
| 1-Pagamento das "Variáveis" | V |
| 2-Recrutamento | X |
| 3-Revisão do AE (períodos de trabalho de 6 a 8 horas) | X |
| 4-Revisão do acordo de carreiras (diferenciação e certificação) | X |
| 5-Novos escalões remuneratórios | X |
| 6-Melhoria das condições de trabalho (ergonomia, iluminação e qualidade do ar) | X |
| 7-Instalações sociais e subsídio de residência | X |
| 8-Monitorização da saúde dos trabalhadores | X |
| 9-Conhecimento dos estudos feitos nos CCO e suas implicações práticas na melhoria dos resultados negativos | X |
| 10-Contra a concentração de mesas de operação e supervisão (mais carga de trabalho) | n.a. |
| 11-Concessões | V |
| 12-Equidade das escalas de serviço e na rotação de mesas de operação | n.a. |
| 13-Relação diálogo ORT e os vários órgãos da IP | V |

Neste quadro percebemos que dos 13 pontos apenas 3 foram concluídos (**V**), dois (**n.a.**) pontos onde um foi imposto pela empresa e o outro foi iniciado mas sem conclusões á data e os restantes não foram concluídos. Realçar que grande parte dos pontos aqui apresentados fizeram parte de protocolos feitos entre a Empresa e a APROFER em 2010 e 2014, portanto já se anda a falar destas matérias há 7 anos, por outro lado dos pontos concluídos apenas o pagamento das "Variáveis" teve iniciativa da empresa os restantes foram iniciativa da ASCEF e APROFER e outro por decisão da Tutela.

Com este cenário, é fácil perceber que a Empresa ficou refugiada nestes últimos anos numa Fusão que já vai começando a ter danos colaterais nas matérias da área laboral e numa crise publicada em sucessivos Orçamentos de Estado que nos fizeram reféns estes anos todos, mesmo com este cenário como pano de fundo houve empresas do sector empresarial do estado que conseguiram recrutamento e conseguiram incrementos salariais, criando um clima de uma paz social sustentável, ao contrário na I.P. SA foram sempre as nossas Associações que privilegiaram a paz social, tendo um papel de responsabilidade, muitas vezes com uma redução no número de Associados.

Com o Orçamento de Estado de 2017 as proibições continuam, apenas são descongeladas as progressões das carreiras e diuturnidades 50 % em Junho de 2017 e o restante em Janeiro de 2018 e a empresa acha que isto representa uma grande evolução salarial nos trabalhadores dos Centro de Comando Operacional, mas o nosso entendimento é bastante simples: **"A César o que é de César"**, mas nada impede a empresa de acordar com as nossas Associações a resolução de todas as matérias aqui apresentadas, estabelecendo um compromisso e um prazo de execução de algumas matérias como: novos escalões remuneratórios; monitorização da saúde dos trabalhadores e recrutamento, mas nem isso a empresa consegue ou quer fazer para desbloquear definitivamente este impasse.

Face a tudo isto só nos resta, mostrar a nossa união, mostrar o nosso descontentamento, mostrar que na I.P. SA a nossa importância é mais do que nos querem atribuir, mostrar o nosso repúdio pelo tratamento diferenciado que nos tem dado nos últimos anos não só como trabalhadores mas também como seres humanos, com prejuízo na nossa saúde, na nossa vida familiar e social, e isto companheiros não tem preço, não vai haver orçamento nenhum que nos devolva os danos que, em algumas situações são irreparáveis, já chega de ser sempre os mesmos a pagar a factura de uma modernização que no presente é o "filho" que ninguém quer assumir, portanto o caminho é só um, a **GREVE** e assim sendo a APROFER e a ASCEF vão enviar um Pré-Aviso de Greve para os dias 13 e 17 de Abril de 2017.

A greve é um direito individual e constitucional, mas neste cenário é a diferença de perder sem nada fazer ou então perder, mas com a noção que tudo foi feito, este é o nosso pensamento enquanto trabalhadores dos Centros de Comando Operacional e Dirigentes Sindicais porque ao contrário de muitos nós vivemos estes problemas no presente e na primeira pessoa.

AS DIRECÇÕES DA ASCEF E APROFER

A Direcção da ASCEF emitirá comunicado próprio após a reunião de amanhã dia 23 na Medway